

## TARDE, A

Jornal vespertino lançado em Salvador no dia 15 de outubro de 1912. Foi fundado por Ernesto Simões Filho e atualmente é propriedade de seus descendentes. É o maior e o mais importante jornal do estado da Bahia.

Os primeiros números de *A Tarde* foram impressos numa velha Marinoni manual, instalada num pardieiro à rua da Preguiça. O jornal começou a circular com apenas quatro páginas, mas, rompendo os padrões tradicionais do jornalismo, promoveu verdadeira revolução entre os diários do estado e entre o público leitor. A primeira bateria de linotipos foi instalada em agosto de 1920, quando *A Tarde* foi transferida para antiga sede do Banco do Brasil, na rua Santos Dumont. Cerca de dez anos depois, *A Tarde* inaugurou novas instalações, em sede própria, na praça Castro Alves. Em 1949, o jornalista Jorge Calmon assumiu a função de redator-chefe, submetendo o jornal a profundas transformações na linha editorial, caracterizando melhor as seções, especialmente o então chamado artigo de fundo.

## REPÚBLICA VELHA

*A Tarde* surgiu numa tensa atmosfera política, gerada pela prática da “política das salvaçãoes”. A cidade de Salvador havia sido bombardeada (10/1/1912) e J. J. Seabra, ministro da Viação na presidência Hermes da Fonseca, fora guindado à chefia do Executivo baiano. Simões Filho havia iniciado sua carreira política e também seu aprendizado jornalístico sob os auspícios de Seabra. Mas, à medida que as facções oposicionistas locais rearticulavam-se sob o comando de Pinheiro Machado, cujos interesses políticos haviam sido seriamente atingidos pela política das salvaçãoes, Simões Filho afastou-se, gradativamente, de Seabra. Em janeiro de 1913, quando se efetivou o rompimento político entre Seabra e Luís Viana, representante do “pinheirismo” na Bahia, o fundador de *A Tarde* formalizou o seu desligamento do grupo seabrista. Seis anos mais tarde, fez parte integrante das Oposições Coligadas, que promoveram a “revolução sertaneja”, para pôr fim ao domínio de Seabra.

A linha de atuação de *A Tarde* foi definida no seu primeiro número. Vespertino

informativo, pretendia ser “imparcial, mas não indiferente; neutro, mas não se esquivaria das controvérsias partidárias”. Seria “mais sereno do que violento” mas, “se atacado, repeliria a ofensa à altura”. Principalmente na sua primeira e terceira fases (1912-1924 e 1930-1937) *A Tarde* assumiu postura combativa e mesmo fustigante em relação aos governos estabelecidos. Firmando esta diretriz estava a figura de Simões Filho, que, enquanto viveu (1886-1957), foi a força propulsora do jornal. Na maioria das vezes, a posição do jornal em face dos problemas locais e nacionais confundia-se com a do seu fundador, diretor e proprietário.

No que diz respeito à composição do jornal, *A Tarde* rompeu os padrões tradicionais do jornalismo, introduzindo, na Bahia, a imprensa moderna, segundo o modelo de *A Noite*, do Rio. A titulação destacada, a inserção do artigo de fundo fora da coluna de abertura, o abundante noticiário ilustrado foram algumas das inovações que *A Tarde* trouxe para a imprensa baiana. Simões Filho cercou-se de eficientes colaboradores e de profissionais conceituados, tais como Henrique Cândia, recrutado do *Diário da Bahia*, e Carlos Chiacchio que, durante 18 anos (1928-1946), assinou uma seção de crítica literária, “Homens e obras”, de grande repercussão no meio literário e artístico baiano. Na verdade, até recentemente, *A Tarde* constituiu-se num instrumento de incentivo à produção intelectual na Bahia.

No plano político, a atuação de *A Tarde* na República Velha pode ser dividida em duas fases. A primeira, de 1912 a 1924, correspondeu ao período de dominação política de J. J. Seabra na Bahia. *A Tarde* foi, nesse período, o principal órgão de expressão das forças oposicionistas. Ao longo dos seis anos seguintes e que antecederam a Revolução de 1930, *A Tarde* foi porta-voz da elite no poder. Em contraste com essa segunda fase, *A Tarde* desenvolveu, na primeira, uma série de campanhas de opinião, própria do jornalismo afirmativo. É fora de dúvida — afirma Jorge Calmon, um dos atuais diretores do jornal — que todas essas campanhas foram de iniciativa de Simões Filho, “homem de um tremendo poder de improvisação e dotado daquela versatilidade e disposição para a luta que o fizeram tão admirado pelos que com ele conviveram, quanto temido pelos adversários”.

A primeira dessas campanhas, que culminou em setembro de 1914, girou em torno do desvio de parte vultosa de empréstimo externo (1,5 milhão de libras esterlinas) contraído pela municipalidade de Salvador. O intendente (cargo correspondente ao atual prefeito)

Júlio V. Brandão e a firma Guinle & Cia., acusados de malversações dos dinheiros públicos, foram arrolados em processo judiciário. Ainda em 1914, o Supremo Tribunal Federal determinou o seqüestro de 3.700 contos de Guinle & Cia. e o intendente foi afastado, durante certo tempo, de qualquer função público-administrativa no país.

Igualmente acalorada foi a campanha contra a administração de outro intendente de Salvador, Pacheco Mendes. As críticas severas que *A Tarde* formulava contra os desmandos da administração municipal foram acompanhadas, a partir de junho de 1916, por quadras satíricas, que contribuíram para acelerar o desgaste político do intendente, ao tempo em que faziam crescer o prestígio de *A Tarde* junto à opinião pública. A campanha terminou com a deposição do intendente, o que deu lugar à última quadra: “Toda a cidade, da Graça/ ao Itapagipe, bramiu:/ Foi-se o azar, foi-se a desgraça,/ Pacheco Mendes saiu!”

A última grande campanha movida por *A Tarde* nessa primeira fase foi em torno da sucessão governamental de 1919-1920, e visava impedir o retorno de J. J. Seabra ao governo do estado. Liderada por Rui Barbosa, Simões Filho, Otávio Mangabeira e Pedro Lago, ela também contou com a participação ativa da Associação Comercial da Bahia, o mais eficiente instrumento de pressão das chamadas “classes conservadoras” na Primeira República.

Eventualmente unidas por aquele objetivo comum, as facções oposicionistas manipularam a seu favor os movimentos grevistas de junho e setembro de 1919, bem como as acirradas disputas, então travadas, entre os “coronéis” do interior. Fomentando a agitação social, a oposição procurava forçar a intervenção federal, que poderia impedir o reconhecimento de Seabra, já eleito, e dar lugar a novas eleições.

Vale observar que, quando as manifestações operárias ameaçaram ultrapassar o limite desejado pela elite em oposição, *A Tarde* assumiu atitude conciliatória e Simões Filho foi feito mediador entre operários e patrões. O acordo resultante não foi cumprido pelos empresários e o movimento grevista ressurgiu mais forte em setembro de 1919, quando os operários rejeitaram a intermediação de quaisquer indivíduos estranhos à sua classe. Em contraste, *A Tarde* estimulou, até a decretação da intervenção federal (20/2/1920), as lutas entre os “coronéis”, incitando-os a avançar em direção a Salvador. A agitação interiorana foi rotulada de “revolução sertaneja”, destinada a “libertar a capital do jugo dos opressores”. A intervenção federal, contudo, não favoreceu a oposição. Seabra rejeitou a

proposta do presidente Epitácio Pessoa para renunciar em benefício de um candidato de conciliação e governou a Bahia pela segunda vez (1920-1924).

A ascensão de Francisco Marques de Góis Calmon ao governo do estado (1924-1928) marca o início da segunda fase de *A Tarde* na República Velha. Simões Filho foi eleito deputado federal em abril de 1924; *A Tarde* abandonou a trincheira oposicionista e passou a servir de suporte à elite no poder. Radicado no Rio, Simões Filho não perdeu contato com o jornal, mas não o dirigia pessoalmente. Indicou o jornalista Ranulfo de Oliveira para o posto de redator-chefe.

### A REVOLUÇÃO DE 1930 E A CAMPANHA AUTONOMISTA

Revelando o comprometimento político do seu fundador, *A Tarde* foi contra a Revolução de 1930. Líder da bancada baiana na Câmara Federal, Simões Filho havia sido o articulador da candidatura Vital Soares, governador da Bahia, à vice-presidência da República na chapa Júlio Prestes. A vitória eleitoral da chapa apoiada pelo Catete reforçou a postura legalista de *A Tarde* que, até o último momento, apoiou o governo Washington Luís. O jornal incentivou o entusiasmo dos “batalhões patrióticos” que se movimentavam em defesa do governo estabelecido, mas, a 25 de outubro, quando a revolução surgiu vitoriosa, passou a vibrar com as manifestações “memoráveis” da população, que, percorrendo as ruas de Salvador, aclamava os chefes revolucionários.

Durante as duas primeiras interventorias na Bahia — de Leopoldo Amaral (1/11/1930 a 18/2/1931) e Artur Neiva (18/2 a 15/7/1931) — *A Tarde* teve atuação anódina. Com a instalação, na Bahia, da Comissão Central de Sindicância, órgão da justiça revolucionária, *A Tarde* e o seu proprietário, bem como muitos outros membros da elite política deposta, foram arrolados em processo judiciário. Simões Filho partiu em exílio para a Europa, voltando ao Brasil em fevereiro de 1932. Os órgãos da justiça revolucionária desintegraram-se em dezembro desse mesmo ano, sem que a maior parte dos processos chegasse a termo. Em novembro de 1932, Simões Filho sofreu novo exílio, desta vez compulsório, para só regressar um ano depois, em dezembro de 1933. Diferente do primeiro, o segundo exílio foi motivado pela atuação implacável de *A Tarde* em relação ao governo do tenente Juraci Magalhães.

Sem dúvida, a mais ferrenha campanha política conduzida por *A Tarde* foi contra o

primeiro governo Juraci Magalhães (19/9/1931 a 10/11/1937). A maior parte da elite política baiana recebeu a nomeação do jovem tenente como uma afronta. Apresentaram razão tríplice: Juraci era cearense, militar, sem qualquer vínculo com a Bahia, e muito jovem (26 anos), sem qualquer experiência administrativa. Contra o seu governo opuseram-se as facções políticas comandadas por Otávio Mangabeira, J. J. Seabra, Simões Filho, Miguel Calmon e Pedro Lago. Com exceção do segundo, todos sofreram o exílio, após a vitória da revolução. Em consequência, as facções oposicionistas encontravam-se dispersas e desarticuladas. Foi a Revolução Constitucionalista de São Paulo que atuou como fator aglutinador daquelas facções. E, como em São Paulo, a oposição local defendeu um interventor “civil e baiano”, para o governo do Estado.

A partir de 11 de julho de 1932, *A Tarde* passou a dar cobertura ao movimento paulista, que, prometendo a restauração do regime legal, a realização de eleições e o atendimento aos princípios da autonomia federativa, traduzia os anseios dos membros da elite política no ostracismo. A forte repressão policial que sufocou o levante dos estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia, a 22 de agosto daquele ano, forneceu, em nível local, elemento decisivo na arregimentação das forças oposicionistas. Mais ainda, a prisão de 514 estudantes e sete professores mobilizou a elite intelectual e setores intermediários da sociedade contra a interventoria Juraci Magalhães. Impotente para conter a crescente oposição ao seu governo, Juraci recorreu à violência policial, proibiu a circulação de jornais e consentiu no espancamento de jornalistas.

A identificação da causa dos baianos com a dos paulistas deu origem, a 5 de janeiro de 1933, à Liga de Ação Social e Política, cuja sigla, LASP, era freqüentemente traduzida por Liga dos Amigos de São Paulo. A volta de Simões Filho do segundo exílio (dezembro de 1933) reanimou o partido oposicionista e reabasteceu as baterias de *A Tarde*, voltadas contra a administração militar.

Em 1º de março de 1934, por ocasião das comemorações do aniversário de Rui Barbosa, *A Tarde* fez veemente apelo ao civismo do povo baiano. Logo a seguir, foi criada a Ação Autonomista Acadêmica que, na expressão de Jorge Calmon, era “o grupo de choque da campanha, adubado pelos ressentimentos de 22 de agosto”. Na primeira página da edição de 17 de março de 1934, *A Tarde* publicou os manifestos da LASP e da Ação Autonomista Acadêmica, lançando as bases da “campanha pela libertação da Bahia”. Dois meses mais

tarde, em consequência da cobertura dada a incidente ocorrido numa exposição universitária — dois estudantes rasgaram uma caricatura do capitão Juraci Magalhães, feita pelo artista Trinchão —, o interventor proibiu, por tempo indeterminado, a circulação do vespertino *A Tarde*, comunicando o fato ao ministro Antunes Maciel. Os estudantes foram deportados para o Pará. O presidente da assembléia geral da Associação Baiana de Imprensa e diretor-proprietário do *Diário de Notícias*, Altamirando Requião, intercedeu junto à interventoria em favor de *A Tarde*. Juraci Magalhães consentiu que a suspensão do vespertino fosse limitada a 30 dias, “salvo se circunstância posterior e agravante dos motivos da suspensão forçar a interventoria a tomar outra atitude”. Apesar desta ressalva, a campanha de *A Tarde* contra o governo Juraci Magalhães prosseguiu desenfreada.

O retorno de Otávio Mangabeira ao Brasil (agosto 1934), após quatro anos de exílio na Europa, mereceu ampla cobertura de *A Tarde*, em edições consecutivas. Transformando a LASP na Concentração Autonomista, Mangabeira deu maior coesão à oposição que, através de *A Tarde*, exigia a “retirada definitiva dos invasores da Bahia”. Seguidamente, o jornal publicou inflamantes discursos de J. J. Seabra, Aluísio de Carvalho Filho, Otávio e João Mangabeira, Pedro Lago e Luís Viana Filho. Ao mesmo tempo, levou a público uma série de artigos explorando o incidente havido entre o interventor Juraci Magalhães e um estudante, Joaquim Câmara, do qual resultara bárbaro espancamento do estudante. No início de janeiro de 1935, *A Tarde* anunciou: “Acumulam-se as provas contra os algozes.” Em seguida, publicou discurso de Seabra que, da tribuna da Câmara Federal, exibiu um dos chicotes utilizados pelos espancadores. No mesmo mês, o diretor-proprietário de *A Tarde* e o jornalista Venceslau Galo foram fortemente espancados numa via pública de Salvador. A autoria intelectual da agressão foi atribuída ao governo, que teria aliciado indivíduos armados de revólver, cassete e punhal para o espancamento dos jornalistas. A violenta repressão reativou a oposição que prosseguiu desabrida, até o golpe de novembro de 1937.

## ESTADO NOVO

Coerente com a sua posição de combate ao governo Getúlio Vargas, *A Tarde* manifestou-se contra o golpe de novembro de 1937. Como aconteceu com os demais órgãos de imprensa, durante o Estado Novo *A Tarde* foi submetida à censura do

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Mas, segundo Cruz Rios, atual redator-secretário do jornal, a vigilância dos agentes do DIP foi, vez por outra, burlada. Tal aconteceu quando *A Tarde* dispôs-se a publicar discurso do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Montenegro, contra o regime político e contra o governo local. A censura vetou a publicação. Simões Filho reagiu e ameaçou requerer um *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal Federal, para que o discurso fosse publicado. Acabou por ser divulgado, na íntegra.

O uso de um cognome, “Peregrino audaz”, foi o recurso de que se utilizou *A Tarde* para levar a público notícias sobre Otávio Mangabeira, cujo nome havia sido proibido de sair nos jornais. Preso após o golpe, Mangabeira amargava o segundo exílio na Europa. Sob aquele pseudônimo, passou a ser facilmente identificado pelos leitores.

Em relação ao governo local, *A Tarde* recebeu com reservas a nomeação do interventor Landulfo Alves (1938-1942), mas sem grande hostilidade, visto que o seu arquiinimigo, Juraci Magalhães, havia sido apeado do poder pelo golpe. Landulfo Alves terminou por conquistar o apoio de *A Tarde*. Quanto à administração Pinto Aleixo (1942-1945), observa Cruz Rios, *A Tarde* foi imparcial, “apesar dos esforços do interventor para obter uma maior aproximação com o jornal”.

No plano internacional, *A Tarde* colocou-se a favor das nações aliadas, ao se iniciar a Segunda Guerra Mundial. O comentarista de assuntos internacionais, na época, Oscar Viana, era grande admirador da Inglaterra. Simões Filho, por outro lado, nutria profunda admiração pela França, país que o acolhera no exílio. Além disso, a posição ideológica do jornal opunha-se ao nazi-fascismo.

#### DA “REDEMOCRATIZAÇÃO” À DITADURA MILITAR DE 1964

Para as eleições presidenciais de 1945, *A Tarde* apoiou o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato derrotado pelo general Eurico Gaspar Dutra. Mas acabou por se identificar com o governo Dutra, devido à “atenção que dispensou aos interesses da Bahia e à ajuda que deu ao governo Otávio Mangabeira” (1947-1951), como justifica Cruz Rios.

Apesar de nunca ter se omitido em relação aos problemas nacionais e internacionais, foi na política local que *A Tarde* se afirmou como jornal de combate e de opinião. A campanha para as eleições de 3 de outubro de 1950 foi das mais tenazes que moveu, após a

“redemocratização”. Para o governo do estado, apresentaram-se dois candidatos: Juraci Magalhães, pela União Democrática Nacional (UDN), e o engenheiro Lauro Faranide Freitas, lançado pela Coligação Democrática, que reunia os partidos Social Democrático (PSD), Trabalhista Brasileiro (PTB), de Representação Popular (PRP), Social Trabalhista (PST), a ala autonomista da UDN e a ala dissidente do Partido Republicano (PR). Otávio Mangabeira manteve-se neutro na campanha, uma vez que ambos os pretendentes haviam apoiado a sua candidatura ao governo do estado.

Contra a grande popularidade de que então gozava o “juracismo”, Simões Filho assestou todas as baterias de *A Tarde* e, revivendo a campanha autonomista da década de 1930, deu a palavra de comando: “A Bahia para os baianos.” Não vacilou em reconciliar-se com Getúlio Vargas, do qual chegou a ser ministro da Educação e Saúde.

A luta atingiu o clímax quando Lauro de Freitas morreu, num desastre de avião, durante a campanha eleitoral (11/9/1950). O desastre provocou profunda comoção entre os baianos. Liquidou não apenas o candidato da “coligação democrática”, mas também a candidatura do coronel Juraci Magalhães, a partir do momento em que *A Tarde* estampou, na primeira página da edição de 20 de setembro, uma pergunta intrigante: “Acidente ou crime?” Repetida em edições posteriores, essa manchete aventava a possibilidade de ter o desastre sido criminoso — provocado por juracistas — e não acidental. Despertando a dúvida e provocando repulsa geral ante a possibilidade de ser confirmada a versão de sabotagem, aquela pergunta teve efeito catastrófico para o candidato udenista.

Quase às vésperas das eleições, foi lançada, por influência de Simões Filho, a candidatura de Régis Pacheco, prefeito de Conquista durante o Estado Novo. Ao contrário de Juraci Magalhães, Régis era quase um desconhecido para a grande maioria dos baianos, mas foi eleito governador. Em que pese à força dos partidos coligados e o processo eleitoral da época, não é demais afirmar que a campanha desencadeada por *A Tarde* foi decisiva para a sua vitória.

Não menos renitente foi a oposição que *A Tarde* moveu contra o governador Antônio Balbino (1955-1959), principalmente na última fase da sua administração. A fim de impedir que Balbino fizesse o seu sucessor, Simões Filho admitiu que o seu jornal não se opusesse à candidatura Juraci Magalhães nas eleições de 1958. Em janeiro de 1957, declarou “não estar mais disposto a ser capanga dos ódios e malquerenças da política



baiana, nem servir de degrau para que, à custa de suas notórias incompatibilidades com o sr. Juraci Magalhães, políticos menos qualificados cheguem ao poder”. Considerava-se quitado com o ex-interventor. Formalmente, *A Tarde* apoiou a chapa Vieira de Melo-Hélio Machado. Mas cedeu uma de suas páginas para a propaganda de Juraci Magalhães, que terminou por governar a Bahia pela segunda vez (1959-1963).

Ernesto Simões Filho faleceu em novembro de 1957, mas os seus métodos de fazer jornal foram mantidos, até certo ponto, por toda uma escola por ele formada. Algo do seu estilo ficou na linguagem de *A Tarde*, declara Jorge Calmon, gerente administrativo do jornal. Os outros dois membros da atual diretoria são filhos de Simões: Regina Simões de Melo Leitão, presidente, e Renato Simões, superintendente.

Apesar das articulações políticas que serviram de respaldo aos pretendentes a cargos eletivos, o apoio dispensado por *A Tarde* a determinado candidato funcionou, na maioria dos casos, como indicador seguro da sua vitória. Antônio Lomanto Júnior não foi exceção. E para integrar o seu governo (1963-1967) convocou três elementos de destaque de *A Tarde*: Jorge Calmon ocupou a Secretaria do Interior e Justiça; Renato Simões, a presidência da Comissão de Planejamento Econômico, e Cruz Rios a chefia da Casa Civil.

A partir da crise institucional gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, os pressupostos liberais apregoados por *A Tarde* desde a sua fundação revelaram-se inconsistentes e cederam lugar ao conservadorismo sem disfarce. *A Tarde* havia apoiado a candidatura Jânio Quadros e, com veemência, reprovou a sua renúncia. Também se opôs à posse de João Goulart. Manteve-se de sobreaviso em relação ao seu governo. O comício do dia 13 de março de 1964, na Guanabara, foi minuciosamente noticiado. O discurso de João Goulart anunciando a implantação das “reformas de base” foi publicado na íntegra, sem comentários. Somente no dia 24, *A Tarde* revelou sua posição em relação ao comício, qualificando-o de “famigerado”, ao tempo em que denunciava a “bolchevização” do Brasil. Mas desde o dia 17 de março, quando foram publicados o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), que, desapropriando terras, dava início à reforma agrária, e o decreto de encampação das refinarias de petróleo de propriedade particular, *A Tarde* havia assestado suas baterias contra o governo Goulart. Acusou-o de “desmoralizar as instituições democráticas”, de estar de mãos dadas com os comunistas e de pretender “instalar um governo títere de Moscou, de tipo igual ao de Cuba”. E, indagando “para quem apelar

contra esses desmandos do caudilhismo”, apontava as forças armadas como depositárias das esperanças daqueles que almejavam a salvação das “tradições democráticas do Brasil”. Através de sucessivos editoriais — “Análise de um comportamento”, “Glorioso 1º de abril” e “Dentro da lei” — assinados por Renato Simões, *A Tarde* apoiou o golpe militar de 1964. No dia 11 de abril anunciou que o Congresso e o povo haviam recebido bem o Ato Institucional nº 1. Mas, segundo Cruz Rios: “*A Tarde* opôs-se, energicamente, aos processos usados contra os adversários políticos do movimento revolucionário e aos atos que suprimiam eleições, cassavam mandatos etc.” Com o endurecimento do regime, prossegue Cruz Rios, *A Tarde* suspendeu, num gesto de franca oposição, a publicação de seus editoriais e terminou por recusar-se a aceitar memorandos da censura, se por eles não se responsabilizasse, com a sua assinatura, a autoridade emitente. Satisfeita esta exigência, voltou a receber os memorandos. Mas os editoriais só foram restabelecidos quando o governo anunciou seus propósitos de restauração do regime democrático, o que não aconteceu até o final do governo Geisel.

No que diz respeito à política local, *A Tarde* apoiou, por razões variadas, todos os governos estabelecidos pelo movimento militar de 1964: Luís Viana Filho (1967-1971), Antônio Carlos Magalhães (1971-1975), Roberto Santos (1975-1979). Também o segundo governo de Antônio Carlos, iniciado em 1979, mereceu o apoio de *A Tarde*.

## ABERTURA DEMOCRÁTICA

No difícil processo de transição da ditadura para a democracia, *A Tarde* manifestou-se fiel à sua tradição liberal. O editorial “Mais um passo”, de 13 de março de 1979, saudou o fim dos “tempos sombrios”, marcados pela censura aos jornais e demais órgãos de divulgação. Em edições seguidas, forneceu ampla cobertura dos movimentos grevistas que, estimulados pelo sucesso da greve dos metalúrgicos do ABC paulista, se alastraram pelo país, contra a compressão salarial da política econômica. Aplaudiu o modo como se processavam as negociações entre patrões e operários, condenando a “forte repressão policial contra operários”, ocorrida em São José dos Campos e em outros pontos do país. Noticiou a “gigantesca passeata com mais de cinco mil pessoas”, realizada em Salvador, em 15 de março, no Dia Nacional de Luto — assim declarado em protesto contra a posse do general Figueiredo, na presidência da República, e de Antônio Carlos Magalhães, no

governo do estado. Em consonância com a população, defendeu a “anistia ampla, geral e irrestrita”, para as milhares de vítimas do autoritarismo. Contudo, foi no campo social que *A Tarde* ganhou reconhecimento nacional. A campanha “Adote uma criança”, em 1976, com o *slogan* “Você não precisa esperar nove meses para ter um filho, adote um”, foi escolhida em 1981 por jornalistas do Rio de Janeiro e São Paulo como a melhor campanha comunitária da década.

No início dos anos 1980, *A Tarde* condenou os atos de terrorismo da extrema direita descontente com os avanços na abertura política. O editorial “Barra Pesada”, de 5 de maio de 1981, referente à bomba explodida no Riocentro dias antes, conquanto eximisse o Exército de qualquer envolvimento na tentativa de atentado, perguntava, em relação ao papel do sargento morto e do capitão ferido no local da explosão: “Vítimas ou autores?”. Referendou afirmação do ministro da Justiça, no sentido de que a bomba havia explodido dentro do governo. Contudo, a onda crescente de atentados em vários pontos do país levou o jornal a enfatizar a necessidade de apoiar-se o presidente Figueiredo, a fim de que o processo democrático chegasse a bom termo. A sua tradição, que tendia para a preservação do *status quo*, desde que a ordem social não fosse perturbada, não o permitiria ir além do previsível.

Nas eleições de 15 de novembro de 1982, o matutino baiano apoiou o candidato da oposição, Roberto Santos, para governador da Bahia, que concorreu com o deputado federal João Durval Carneiro, lançado pelo então governador Antônio Carlos Magalhães, para substituir Cleriston Andrade, que havia falecido num desastre de helicóptero. Às vésperas da eleição, publicou página inteira contra o governador, revelando como ele havia manipulado antigos correligionários e amigos (Roberto Santos, Juraci Magalhães, Joaci Góis, Lomanto Júnior) para a sua escalada política. Também contra o governador, que havia sido nomeado pelo regime militar, o editorial “Consequência das eleições” salientava o entusiasmo com que o eleitorado havia comparecido às urnas, ressaltando que “agora, os governantes serão autênticos representantes dos povos dos seus estados”. No entanto, a soma dos votos deu a vitória a João Durval, até então um nome sem maior expressão política. Eleito governador (1983-87), obteve o apoio de *A Tarde*.

Com o editorial “Brinde ao futuro”, em dezembro de 1984, saudou o fechamento do “ciclo

revolucionário”, ao tempo em que justificava o golpe militar de 1964, “no momento em que o país estava praticamente à deriva, sob um governo absolutamente inepto”.

## NOVA REPÚBLICA

Embora a campanha das Diretas Já tenha sacudido o país, *A Tarde* não se integrou a ela. Defendia a candidatura do ministro do Interior, Mário Andreazza, e considerava que a eleição indireta, através de um colégio eleitoral, ainda era legal e terminaria por prevalecer. Mas com a vitória de Paulo Maluf sobre Andreazza, em janeiro de 1985, na convenção do PDS que escolheu o seu candidato à presidência, *A Tarde* tendeu para Tancredo Neves. Em torno de Tancredo se aglutinavam as esperanças do povo brasileiro de obter melhores condições de vida e de justiça social, conforme prometia o plano de emergência por ele apresentado.

Um conglomerado de partidos, a Aliança Democrática, elegeu Tancredo Neves e José Sarney por 480 votos, contra 180 conferidos ao candidato oficial. O editorial “Ponto final”, publicado após as eleições, proclamou o encerramento de um longo ciclo de governos discricionários, afirmando que “a sociedade começa a aprender a andar com suas próprias pernas, rejeitando o Estado paternalista autoritário”.

Esta afirmação não deve ser interpretada como uma mudança na postura conservadora do jornal. Pouco depois, o editorial “Repúdio ao socialismo” (13/5/1985) aplaudiu a “espetacular vitória dos partidos de centro-direita”, no primeiro turno da eleição cantonal francesa, contra o Partido Socialista de François Mitterrand. No dia seguinte, o editorial “Vai começar o concerto” elogiou a heterogeneidade do ministério Tancredo Neves, que reunia membros dos partidos de oposição e de governo. Três ministérios haviam sido confiados a baianos: o das Comunicações, a Antônio Carlos Magalhães; o da Saúde, a Carlos Santana; e o da Previdência Social, a Valdir Pires.

No decorrer da inesperada enfermidade que acometeu o presidente Tancredo Neves, elogiou o governo interino do vice Sarney, embora no editorial “Novos tempos, velhas fórmulas” criticasse a política salarial da Nova República, remetendo-a à prática política da República Velha. Com ênfase, refutou o argumento do governo, no sentido de que a recomposição do poder de compra dos salários acarretaria aumento da inflação.

No dia 22 de abril de 1985, com uma tarja preta e um grande retrato de Tancredo Neves,

encimado pela manchete *Morre Tancredo*, o jornal registrou a grande comoção que se abateu sobre o país, com a perda de “um símbolo que reativou a nacionalidade e reavivou a esperança do povo, que com ele vibrou em praça pública”.

O editorial “Agora o cruzado” apoiou o Plano Cruzado do governo Sarney, qualificando-o de “corajoso e inovador em relação aos instrumentos de combate à inflação”. Lembrou também outras medidas necessárias, “para as quais não são necessários decretos”, entre elas o “combate à corrupção, que reina institucionalizada no país”, à especulação, “à gritante evasão de dinheiro do país”, à sonegação de impostos etc.

Nas eleições de 15 de novembro de 1986, embora *A Tarde* tivesse apoiado para o governo da Bahia o candidato oficial, ex-senador Josafá Marinho, não hostilizou o candidato da oposição, ex-ministro Valdir Pires, no que deixava transparecer divergências políticas no seio da sua diretoria. Contudo, o matutino baiano deu mais destaque à campanha do primeiro, apoiado pela Aliança Democrática Progressista, que reunia partidos governistas e contava com o apoio declarado do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Valdir Pires foi candidato da coligação “Para mudar a Bahia”, que aglomerava partidos de oposição e grupos conservadores como o de Luís Viana Filho, Jutai Magalhães e Prisco Viana, contrários a Antônio Carlos. Valdir venceu as eleições com 59,4% dos votos, contra 26,9% conferidos a Josafá; na capital, o candidato vencedor obteve 76% dos votos, contra 13% dados ao seu oponente.

Em relação ao governo Fernando Collor de Melo, *A Tarde* apoiou, a princípio, suas drásticas medidas econômico-financeiras e conclamou os governadores a apoiar o presidente, a fim de garantir-lhe condições de governabilidade. No editorial “De Jânio a Collor” (15/3/1990) analisou o período de 30 anos que separava os dois presidentes eleitos pelo povo e considerou que “com a posse de Collor, reata-se a linha de partida da Revolução de 1964”, isto é, a moralização do governo, retomando-se “suas metas principais: o combate à inflação, à miséria, à corrupção”. Aplaudiu o enxugamento da máquina administrativa, mas criticou a criação do Ministério da Reforma Agrária (8/1/1991).

Coerente, aplaudiu, no início do terceiro governo Antônio Carlos Magalhães (1991-1994), a extinção da Secretaria da Irrigação e Reforma Agrária, criada no governo Valdir Pires. Disse que essa secretaria “não conseguiu irrigar sequer uma horta e assentar o lavrador sem

terra” (8/1/1991). Não deixou contudo de, logo após, publicar artigo do ex-secretário da Reforma Agrária, Euclides Neto, denunciando a oposição das classes privilegiadas à existência de uma secretaria de reforma agrária, por “ameaçar os privilégios dos que avançaram sobre as terras que deveriam ser de todos os que as exploram efetivamente”.

No mesmo diapasão do governador, *A Tarde* condicionou o apoio ao governo Collor à ajuda que este prestasse ao governo da Bahia. Por ocasião de severa seca que mais uma vez devastou parte considerável do Nordeste brasileiro, comparou, através de vários editoriais (entre os quais “O socorro” e “A esmola de sempre”), as providências tomadas pelo governo federal àquelas do tempo de Pedro II, que se resumiam em “discursos e distribuição de pacotes de alimentos”. Criticou o presidente que “em fins de milênio, põe-se em mangas de camisa, com postura de cacique provinciano, a distribuir saquinhos de fubá e farinha para os flagelados”, procurando aplacar a seca com caminhões-pipa. Condenou a persistência secular da indústria da seca, dizendo ser preciso, do ponto de vista político, “enfrentar interesses consolidados”.

Criticou a reforma ministerial levada a efeito após a saída da ministra Zélia Cardoso de Melo (10/5/1991), considerando que a inclusão de respeitáveis figuras no novo ministério “não mudou a base moral do governo”. No entanto, continuou a apoiar o presidente que “sem vínculo de amizades, passa a governar com tranquilidade, com firmeza, com a cabeça e não com o coração, preocupando-se com a sorte de amigos”. Mas no editorial “As compensações e a República do Acarajé” (23/4/1991) comentou o descontentamento dos governadores do Nordeste com o fato do presidente haver dispensado ao governo do Rio de Janeiro um tratamento privilegiado (a transferência para a União da dívida de dois bilhões de dólares do metrô carioca), ao tempo em que condenava a “pregação de colonialismo interno por políticos do Centro-Sul” (repudiando crítica de um jornal paulista que, condenando a influência de Antônio Carlos Magalhães, havia apelidado o governo de “República do Acarajé”). Embora o apoio ao presidente Collor fosse se arrefecendo, à medida que cresciam as denúncias de corrupção e o descontentamento popular, *A Tarde*, em consonância com o governador, não fez coro com a população do Brasil que pedia o *impeachment* do presidente. Mas também não defendeu a sua permanência à frente do país. No editorial “A terceira renúncia” (Deodoro da Fonseca, Jânio Quadros e Collor), registrou a frustração que a renúncia do presidente Collor causou ao povo brasileiro e conferiu

destaque a pronúncia de Itamar Franco, que assumia a presidência, anunciando um “governo marcadamente social”.

Às vezes de modo contundente, *A Tarde* tem-se manifestado contra o processo de globalização da economia e contra a política neoliberal que vem sendo desenvolvida pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, condenando suas nefastas consequências para o bem-estar da população. Neste contexto, tem criticado a maneira como vem sendo conduzido o processo de privatização, “bancada por dinheiro público”; a crescente onda de desemprego e de violência, bem como a falta de ética com que vem sendo conduzida a reforma administrativa, “sacrificando os barnabés e privilegiando a classe política”. Condenou a relutância do governo em investir maiores esforços e recursos no sistema educacional, nos problemas de saúde e em uma “reforma agrária de maior alcance”. Fez coro com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), quando esta acusou o governo e o Congresso de corrupção, na tramitação das reformas em curso, e condenou o seu pouco interesse em resolver a questão agrária. Com o editorial “A marcha dos sem terra” (17/4/1997) apoiou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a mobilização das demais categorias de trabalhadores que marcharam até Brasília. “Entre foices e enxadas”, disse o jornal, o MST estaria enfileirando as reivindicações do campo e da cidade. Com detalhes, *A Tarde* tem noticiado as invasões e saques realizados pelos sem terra, condenando a inoperância do governo nesta área e o uso da força policial para reprimir esses movimentos.

Outros editoriais, como “Estado negligente” (12/5/1997) e “Estado nulo” (30/7/1997), por exemplo, criticaram a incúria administrativa do governo, sugerindo-lhe que reveja o “neoliberalismo tupiniquim”, em curso. Em “Os males da prepotência” (30/5/1998), *A Tarde* criticou a intransigência do ministro da Educação, Paulo Renato Sousa, e a sua ação arbitrária de suspender o pagamento dos professores e funcionários das universidades federais, em greve há cerca de dois meses. O artigo “Ambição de poder” acusou o presidente Fernando Henrique Cardoso de perjúrio, por não realizar as cinco metas prometidas, e condenou a sua ambição, não duvidando que fosse reeleito; “por ser honesto”, ponderou, não gastaria dinheiro do erário na sua campanha, mas “basta fazer correr a cuia pelo empresariado, que ela se encherá em minutos”.

No que diz respeito à sucessão estadual, *A Tarde* apoiava o candidato oficial, que também

conquistara a oposição, deputado federal Luís Eduardo Magalhães. A sua morte inesperada causou grande comoção no país e, com a manchete “Sepultada uma esperança”, *A Tarde* dedicou ao jovem líder político as 20 páginas do primeiro caderno do dia 23 de abril de 1998.

Atualmente, o jornal tem uma tiragem de 70 mil exemplares por dia, chegando aos domingos a 130 mil. Nos dias úteis, incluindo-se os suplementos, *A Tarde* tem uma média de 62 páginas e, aos domingos, 120. Ainda hoje, muitos baianos são despertados pelo grito de meninos-jornaleiros que se espalham pela capital e, seguindo a tradição, comandam: “Leia *A Tarde*.” No dia 23 de abril de 1998 lançou, na sua sede, *A Tarde Online*, um possante provedor de acesso à Internet, que lhe assegura independência tecnológica e operacional como veículo de comunicação de massa.

*Consuelo Novais Sampaio* colaboração especial

FONTES: CALMON, J. *Campanhas*; ENTREV. RIOS, C.; SAMPAIO, C. *Crisis*; SAMPAIO, C. *Partidos*; *Tarde* (1912-1998).